

Museu de Arte de
São Paulo Assis
Chateaubriand -
MASP

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração 2019

O ano de 2019 destacou-se por significativos recordes de público e pelo fortalecimento de parcerias institucionais, guiadas pelo eixo temático *Histórias das mulheres, histórias feministas*. Exposições coletivas, monográficas e demais atividades do museu realçaram a produção de artistas mulheres como Anna Bella Geiger, Djanira da Motta e Silva, Gego, Leonor Antunes, Lina Bo Bardi e Tarsila do Amaral, discutindo questões de gênero em diálogo direto com a missão do museu de ser cada vez mais múltiplo, diverso e plural.

Nesse ano, o número de visitantes chegou à marca de 729.325, quebrando o recorde anual histórico, sendo que metade das pessoas visitou o museu gratuitamente no período. A exposição *Tarsila popular* foi também a mais visitada da história do MASP, com 402.850 visitantes.

Centrada na obra de Tarsila do Amaral, a exposição propôs uma nova abordagem da produção da artista, em geral apresentada pelo viés dos aspectos modernistas canônicos e formais de sua obra. *Tarsila popular* enfatizou seus personagens, temas e narrativas, especialmente em relação a questões sociais, políticas, raciais e de classe, chamando a atenção para as aproximações com a arte popular e vernacular. A mostra foi reconhecida nacional e internacionalmente e ganhou o Grande Prêmio APCA de melhor exposição do ano. O catálogo foi escolhido pelo *The New York Times* como uma das melhores publicações de 2019 na área das artes plásticas.

Além das premiações recebidas pela programação, o trabalho de longa data da curadoria do MASP teve notoriedade na imprensa internacional especializada. Destaca-se a inclusão de *Histórias afro-atlânticas*, que norteou o ciclo curatorial de 2018, na lista das exposições mais importantes da década, segundo a revista *Artnews*. O MASP recebeu ainda o prêmio de excelência curatorial da Sotheby's pela proposta da exposição *Histórias indígenas*, que será realizada em 2021. Nesse contexto, o MASP também se tornou o primeiro museu de arte do Brasil a ter uma curadora indígena: a antropóloga guarani Sandra Benites passa a fazer parte do quadro de curadores-adjuntos do museu.

Em 2019, ressaltam-se as iniciativas voltadas ao crescimento do acervo. O MASP e o Banco Central ("BC") assinaram um contrato de comodato de 21 obras da coleção do BC, que prevê a cessão, por 10 anos, de pinturas de nomes do modernismo brasileiro. O comodato preenche duas das mais importantes lacunas históricas da coleção de arte moderna brasileira do MASP, com pinturas de Tarsila do Amaral e Ismael Nery. Além dessas, aprofunda os conjuntos de obras de Volpi, Pancetti, Di Cavalcanti, Gomide e Guignard.

Este foi um período prolífico para estreitar parcerias com instituições de arte nacionais e internacionais. Junto à Fundación Jumex, o MACBA Museu d'Art Contemporani Barcelona e a Tate, o MASP organizou a grande retrospectiva *Gego: a linha emancipada*, reunindo a produção extensa e interdisciplinar da artista. Ao lado do Sesc e do S.M.A.K. Municipal Museum of Contemporary Art., o museu realizou a exposição panorâmica *Anna Bella Geiger: Brasil nativo/Brasil alienígena. Leonor Antunes: vazios, intervalos e juntas*, por sua vez, foi realizada com o Instituto Bardi/Casa de Vidro e o Mudam Luxembourg/Musée d'Art Moderne Grand-Duc Jean, ocupando simultaneamente o MASP e a Casa de Vidro. A exposição *Lina Bo Bardi: Habitat* teve parceria com a Fundación Jumex e o Museum of Contemporary Art of Chicago, instituições que receberão a mostra da arquiteta modernista brasileira em 2020.

Do ponto de vista da preservação do patrimônio histórico e legado arquitetônico de Lina, o MASP teve aprovado um apoio do BNDES para realizar projetos de adequação às normas de segurança e gestão de ativos digitais. Esta conquista endereça a mais importante e custosa intervenção estrutural do MASP: a adequação do edifício às normas de segurança contra incêndio, visando à salvaguarda do prédio do MASP, à proteção do seu acervo, e à segurança física de seu público.

Neste ano, foi concluída a reforma dos dois elevadores. As melhorias incluem a instalação de elevadores panorâmicos e adequados às normas de acessibilidade, com portas mais largas e altas, que facilitam o transporte de obras de arte. Realizou-se também projeto de reforma dos escritórios, incluindo a adequação dos espaços administrativos para um *layout open-space*, com novas salas de reunião e mobiliário ergonômico. Em 2020, será realizada a segunda etapa da reforma do grande auditório do MASP, adequando-o totalmente às normas de acessibilidade.

Enfatiza-se também a inauguração do restaurante A Baianeira, da *chef* revelação Manuelle Ferraz. Mineira do Vale do Jequitinhonha, quase na divisa com a Bahia, sua culinária faz o resgate desta origem. O restaurante recebeu o prêmio Bib Gourmand do Guide Michelin 2019, publicação internacional mais respeitada no universo da gastronomia.

Em um ano de recordes, premiações e significativas parcerias, as atividades do MASP alcançaram uma amplitude ainda maior, nacional e internacionalmente. Esse resultado é fruto de um trabalho gradual e integrado, envolvendo as diversas áreas do museu em seu propósito, a cada ano reiterado e, em 2019, em muitos pontos superado — de acolher a diversidade e promover diálogos.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 possui na rubrica de acervo de obras de arte o montante de R\$ 866.469. Em virtude de a identificação e determinação do valor justo desses ativos recebidos em doação envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação, a Entidade não adota como prática contábil registrar as obras de arte recebidas em doação por meio do valor justo, estando essas obras registradas por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas, requerem a mensuração a valor justo de ativos recebidos em doação. A Entidade não nos apresentou até a data de conclusão dos nossos trabalhos a análise dos valores justos para os ativos que foram contabilizados por valor simbólico. Se essas obras de arte tivessem sido mensuradas pelos seus respectivos valores justos, as rubricas de acervo de obras de arte e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 seriam afetadas significativamente de forma positiva, assim como os elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangentes e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Os efeitos da mensuração dos referidos valores justos sobre as



demonstrações financeiras não puderam ser determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo Circulante	Nota	2019	2018	Passivo Circulante	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.530.864	6.126.383	Fornecedores		1.671.604	1.424.004
Recursos vinculados a projetos	6	23.723.997	20.447.698	Obrigações trabalhistas	11	1.376.334	1.522.109
Estoques		1.166.531	739.826	Contribuições e impostos correntes		129.542	115.116
Patrocínio de terceiros a receber	7	4.307.956	4.053.750	Impostos parcelados	12	928.569	892.367
Adiantamento a fornecedores		462.481	863.571	Projetos a executar	13	28.076.368	24.794.902
Outras contas a receber		2.907.688	1.570.318	Doações de bens e direitos a apropriar		239.146	222.937
		49.099.517	33.801.546	Contas a pagar - negociações	14	1.008.941	918.987
				Patrocínios a realizar	14	2.031.150	2.708.200
				Outras contas a pagar		517.438	533.739
						35.979.092	33.132.361
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Impostos parcelados	12	7.098.665	7.714.476
Depósitos judiciais	15	102.298	80.456	Doações de bens e direitos a apropriar		714.699	717.340
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	8	15.213.107	9.556.240	Provisão para contingências	15	1.168.317	908.935
		15.315.405	9.636.696	Contas a pagar - negociações	14	11.008.016	11.117.010
				Patrocínios a realizar	14	-	2.490.151
						19.989.697	22.947.912
Acervo de obras de arte	9	866.469	866.403	Patrimônio líquido	16		
Imobilizado	10	38.512.539	35.409.423	Avaliação atribuída ao acervo	9	516.469	516.403
Intangível		129.263	157.044	Fundo social		32.224.828	10.125.422
		39.508.271	36.432.870	Fundo patrimonial	8	15.213.107	9.556.240
				Superávits acumulados		-	3.592.774
						47.954.404	23.790.839
Total do ativo		103.923.193	79.871.112	Total do passivo e patrimônio líquido		103.923.193	79.871.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais			
Receitas operacionais	17	74.373.879	43.822.548
Trabalho voluntário	3.n	<u>240.103</u>	<u>216.481</u>
Total das receitas das atividades		74.613.982	44.039.029
Despesas operacionais			
Custos e despesas de projetos e administrativas	18	(25.844.687)	(20.407.487)
Pessoal e encargos de projetos e administrativos	19	(14.466.881)	(13.187.997)
Depreciação e amortização		(633.337)	(494.634)
Despesas tributárias		(304.374)	(170.400)
Gratuidade		(8.390.917)	(6.593.014)
Trabalho voluntário	3.n	<u>(240.103)</u>	<u>(216.481)</u>
Total das despesas das atividades		(49.880.299)	(41.070.013)
Resultado antes do resultado financeiro		<u>24.733.683</u>	<u>2.969.016</u>
Despesas financeiras	20	(1.915.110)	(1.907.757)
Receitas financeiras	20	<u>1.344.925</u>	<u>1.604.359</u>
Resultado financeiro líquido	20	<u>(570.185)</u>	<u>(303.398)</u>
Superávit do exercício		<u><u>24.163.499</u></u>	<u><u>2.665.618</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Superávit do exercício	24.163.499	2.665.618
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>24.163.499</u>	<u>2.665.618</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota	Avaliação atribuída ao acervo	Fundo social	Fundo Patrimonial	Superávits Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018		516.136	10.125.422	5.408.026	5.075.370	21.124.954
Doações para investimentos	9	267	-	-	-	267
Superávit do exercício		-	-	-	2.665.618	2.665.618
Transferência do superávit para Fundo Patrimonial	16	-	-	4.148.214	(4.148.214)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>516.403</u>	<u>10.125.422</u>	<u>9.556.240</u>	<u>3.592.774</u>	<u>23.790.839</u>
Doações para investimentos	9	66	-	-	-	66
Superávit do exercício		-	-	-	24.163.499	24.163.499
Transferência do superávit para Fundo Patrimonial	16	-	-	5.656.867	(5.656.867)	-
Transferência do superávit acumulado para o Fundo social	16	-	22.099.406	-	(22.099.406)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>516.469</u>	<u>32.224.828</u>	<u>15.213.107</u>	<u>-</u>	<u>47.954.404</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	24.163.499	2.665.618
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	633.337	494.634
Apropriação de patrocínio	(3.167.201)	(2.708.200)
Baixa de imobilizado e intangível	7.716	13.991
Provisão para contingência	259.382	(976.316)
Doações de bens e direitos a apropriar	13.568	28.989
Constituição de obsolescência dos estoques	264.476	198.375
	<u>22.174.777</u>	<u>(282.908)</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Estoque	(691.181)	(157.201)
Ativos financeiros (Fundo patrimonial)	(5.656.867)	(4.148.214)
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	(936.280)	(6.553)
Patrocínio de terceiros a receber	(254.206)	(243.921)
Depósitos judiciais	(21.842)	(4.417)
Aumento / (redução) nos passivos em		
Fornecedores	247.599	(637.727)
Obrigações trabalhistas	(145.774)	311.743
Projetos a executar, líquido de recursos vinculados a projetos	5.168	324.076
Contribuições e impostos correntes	14.426	(24.386)
Impostos parcelados	(579.609)	(533.474)
Contas a pagar - negociações	(19.040)	1.691.524
Outras contas a pagar	(16.300)	(53.947)
	<u>14.120.870</u>	<u>(3.765.406)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e acervo de obras de arte	(3.684.791)	(2.125.922)
Aquisição de ativo intangível	(31.598)	(22.562)
	<u>(3.716.389)</u>	<u>(2.148.484)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
	<u>10.404.481</u>	<u>(5.913.889)</u>
Aumento / (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	6.126.383	12.040.272
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	<u>16.530.864</u>	<u>6.126.383</u>
	<u>10.404.481</u>	<u>(5.913.889)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP (“Entidade” ou “MASP”) é uma entidade privada com fins não econômicos, que abriga, conserva e valoriza o mais importante acervo de arte ocidental de todo o hemisfério sul. Este acervo, composto de mais de 8.000 obras clássicas e modernas, de reconhecida qualidade e inestimável valor, representa as principais correntes da arte universal, entre elas pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, fotografias, tapeçarias, vestuário, e outras importantes coleções. Foi considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade e parcialmente tombado em 1969, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, o que evidencia sua importância como um dos principais museus de arte do mundo.

Aberto ao público no dia 2 de outubro de 1947, ao longo destes 73 anos de existência, vem funcionando ininterruptamente. Desde 1968, localiza-se na Avenida Paulista em seu edifício que é um dos ícones de São Paulo, sendo um dos destinos turísticos mais importantes na cidade.

Em 2017, após um amplo processo colaborativo, entre conselheiros, diretores e colaboradores, o MASP lançou uma nova missão que irá nortear suas atividades no longo prazo: O MASP, museu diverso, inclusivo e plural, tem a missão de estabelecer, de maneira crítica e criativa, diálogos entre passado e presente, culturas e territórios, a partir das artes visuais. Para tanto, deve ampliar, preservar, pesquisar e difundir seu acervo, bem como promover o encontro entre públicos e arte por meio de experiências transformadoras e acolhedoras.

Para a consecução de sua missão, o MASP poderá, especialmente mas não se limitando: (a) realizar exposições; (b) promover atividades e programas na área da educação; (c) realizar publicações; (d) promover itinerâncias; (e) promover programas de relacionamento; (f) conceder bolsas de estudo; (g) promover espetáculos, eventos e festas beneficentes; (h) explorar café, bar, restaurante, loja física e on-line, locação e cessão de espaços; (i) estabelecer parcerias e manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais. Todo o produto arrecadado pelas atividades promovidas pelo MASP será destinado à consecução de seus objetivos sociais.

O edifício do MASP é de propriedade da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, que o cedeu ao museu de forma gratuita, pelo prazo de 40 anos, de conformidade com a Lei Municipal 15.685/13, por meio de Escritura Pública de Concessão Administrativa de Uso, lavrada em 18 de agosto de 2015.

O MASP oferece durante todo o ano uma variada programação para seus visitantes, com a exposição de longa duração do seu acervo e exposições temporárias de sua própria coleção e também de coleções provenientes de outras instituições culturais, promove visitas orientadas aos espaços expositivos para o visitante em geral e para grupos. Os dois auditórios existentes em seu edifício recebem diversificada programação de música clássica, espetáculos teatrais, palestras e debates. A Escola do MASP oferece cursos livres das mais variadas manifestações artísticas. Sua Biblioteca possui aproximadamente 87 mil volumes, entre livros e revistas especializadas, dos quais 31 mil catalogados e disponibilizados on-line/internet sendo, portanto, o mais importante conjunto brasileiro na área de história da arte internacional. Desde a sua fundação, o MASP tem como premissa o seu caráter educacional.

O fundo social é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 12 de março de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.i** - provisão para ajuste a valor de realização de estoques;
- **Nota 3.k** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 15** - provisão para contingências.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para o Real à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é designado e avaliado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar-negociações e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados nos projetos originados das leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos projetos e subvenção, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados, aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado com recursos próprios, livros e catálogos recebidos em consignação e outros produtos de revenda. Esses materiais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, líquidos da provisão para ajuste a valor de realização, não excedem os valores de mercado.

e. Acervo de obras

Referem-se às obras de arte integrantes do acervo da Entidade que estão apresentadas pelo valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto doze obras que foram registradas a valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método da linha reta sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Microcomputadores e periféricos	5 anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Outros	10 anos

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o MASP registrava redução ao valor recuperável referente à rubrica de estoques, no montante de R\$ 554.588 e R\$ 290.112.

i. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Doações, patrocínios e subvenções

As doações e patrocínios incentivados e as subvenções recebidas pela Entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Entidade não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

k. Obrigações e Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são mensurados pelo valor histórico e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita de serviços e vendas

As receitas incluem, principalmente, receita com bilheteria, subvenções governamentais, cessão de uso e eventos, apoios culturais, venda de livros e catálogos, taxas de empréstimos de obra de arte, entre outras. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados ou que os produtos são vendidos, respeitando o princípio da competência.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras próprias, descontos obtidos e variação monetária. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre impostos, multa e juros de obrigações liquidas pós vencimento, atualizações passivas sobre os acordos realizados com Telefônica-Vivo e Galeria Prestes Maia e variações monetárias.

n. Receita com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2019 o montante foi de R\$ 240.103 (R\$ 216.481 em 2018).

o. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e (iii) PIS (calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº9.532/97.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na nota explicativa nº 22. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	82.690	24.669
Bancos - conta corrente no exterior	1.781.312	1.799.560
Bancos - conta corrente no país	3.041.216	93.938
Aplicações financeiras - no país	<u>11.625.646</u>	<u>4.208.216</u>
Total	<u>16.530.864</u>	<u>6.126.383</u>

As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 71,73% a 98,31% (92% a 99% em 2018) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

São de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Recursos vinculados a projetos e subvenção

	2019	2018
Projeto Plano Anual (a)	22.923.938	17.516.223
Outros Projetos e Subvenção	<u>800.059</u>	<u>2.931.475</u>
Total	<u>23.723.997</u>	<u>20.447.698</u>

Referem-se aos recursos já recebidos pela Entidade e que somente poderão ser empregados em projetos específicos, de acordo com as regras da Lei Rouanet (Lei nº 8313/91 e alterações) e com as respectivas Entidades patrocinadoras, e, no caso da Subvenção, conforme a Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores. Tais recursos estão substancialmente aplicados em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI e em títulos compromissados, com rentabilidade entre 34,40% a 90,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (34,95% a 91,59% em 2018).

- (a) A aprovação do projeto Plano Anual pelo Ministério da Cultura habilitou o MASP a receber patrocínios e doações nos termos da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet). O referido projeto consiste no custeio das despesas de manutenção dos objetivos estatutários do Museu.

7 Patrocínio de terceiros a receber

	2019	2018
Patrocínios de terceiros a receber	4.307.956	4.053.750

Refere-se a valores a receber de duas empresas privadas que estão apoiando o projeto de reforma do “Anexo MASP”. Os recursos estão baseados em contratos entre as partes e o saldo representa as parcelas finais a receber e estão condicionadas à evolução física da obra.

O valor da primeira parceria no montante de R\$ 2.000.000, corrigido pelo IGPM/FGV cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 3.727.956 (R\$ 3.473.750 em 2018) será recebido quando a obra atingir 90% de sua conclusão física.

A segunda parceria é de R\$ 5.800.000, dos quais R\$ 2.900.000 foram recebidos em 2011, R\$ 2.320.000 em 2012 e os R\$ 580.000 restantes após medição final da obra.

A Administração acredita que apesar do atraso na conclusão das obras, os valores previstos para recebimento ocorrerão tão logo atingidas as metas contratuais. A contrapartida dos valores a receber está registrada na conta de “projetos a executar” no passivo circulante. Dessa forma, as atualizações financeiras efetuadas nos saldos ativos também ocorrem nos saldos passivos, com efeito zero no resultado do exercício. Além disso, caso não ocorram os recebimentos, a baixa desse ativo se dará em contrapartida ao passivo, ou seja, também sem impacto no resultado.

8 Fundo Patrimonial

A Entidade instituiu, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 03 de abril de 2017, um Fundo Patrimonial com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e a consecução de seu objeto social.

Este Fundo é regido e condicionado pelo Capítulo VII, Artigos 40 ao 45 do Estatuto Social da Entidade, onde observa-se que: o Fundo será constituído, essencialmente, por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especificamente para este fim; será administrado única e exclusivamente pela Diretoria Estatutária; não poderá ser resgatado os valores investidos ou de seus rendimentos até que o Fundo contenha em sua carteira um montante de R\$ 40.000.000, chamada fase de Acumulação Primitiva, após esta quantia, os rendimentos auferidos acima da inflação (IGP-M/IPCA) poderão ser destinados ao custeio das atividades da Entidade.

De acordo com a Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 03 de abril de 2017, a Entidade se comprometeu em realizar uma destinação inicial de R\$ 1.000.000 e anualmente 5% das receitas operacionais auferidas até que o fundo atinja o patrimônio de R\$ 50.000.000.

Atualmente o montante acumulado encontra-se aplicado em um fundo de renda fixa, no Banco Itaú S.A., que busca acompanhar a tendência dos juros do mercado (CDI). Representando em 31 de dezembro de 2019 um total de R\$ 15.213.107 (R\$ 9.556.240 em 31.12.2018).

A determinação das receitas operacionais foi realizada através da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 10 de abril de 2018. Assim entende-se como receitas operacionais a receita líquida apurada nas atividades operacionais do museu, sendo: bilheteria, loja, espetáculos e eventos, escola, café e restaurante.

O quadro abaixo demonstra os valores aportados anualmente no Fundo Patrimonial. Lembrando que a destinação de 5% das receitas operacionais referente ao exercício 2019 ocorrerá após a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício em questão.

	Posição em 31.12.2018	Exercício 2019	Total
Doações recebidas	8.171.565	4.669.661	12.841.227
Aporte MASP	1.000.000	387.739	1.387.739
Rendimentos financeiros	384.675	599.467	984.142
	<u>9.556.240</u>	<u>5.656.867</u>	<u>15.213.107</u>

9 Acervo de obras

O acervo é constituído pelo conjunto de obras de arte do MASP, quase todas recebidas por doações e refletidas contabilmente por um valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto por 12 obras, adquiridas em 2013 e 2017, lançadas pelo valor justo total de R\$ 858.000. Ou seja, 8.469 obras estão lançadas a R\$ 1,00 cada e mais 12 obras a R\$ 858.000, totalizando em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 866.469 (R\$ 866.403 em 2018).

Em virtude de a identificação do valor justo das obras de arte recebidas como doação para o museu envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação e de não ter como objetivo a comercialização das obras, a Entidade não tem adotado a prática de valorar estes ativos, estando apenas doze obras de arte a valor justo (valor de aquisição) e as demais por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. Ressalta-se que, se essas obras de arte tivessem sido registradas pelos seus respectivos valores justos, o patrimônio líquido do museu se mostraria amplamente mais positivo.

São mantidos registros de controle atualizados de todas as obras de arte do acervo, segundo normas estabelecidas pelo MASP, observando critérios adotados internacionalmente.

Os valores recebidos como doação para investimento, apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, foram integralmente aplicados no acervo de obras do Museu. Durante o ano de 2019 foram R\$ 66, correspondentes a 66 obras doadas (R\$ 267 em 2018, correspondente a 267 obras doadas).

10 Imobilizado

Os quadros abaixo demonstram as movimentações do imobilizado:

Movimentação imobilizado em 2019

Descrição custo	Saldo em		Baixas	Transferências(a)	Saldo em
	31/12/2018	Adições			
Móveis e utensílios	416.545	683.272	(8.150)	-	1.091.667
Máquinas e equipamentos	1.801.083	59.877	(9.055)	2.823.691	4.675.596
Microcomputadores e periféricos	859.601	178.271	(845)	-	1.037.027
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	19.411.277	819.029	-	-	20.230.306
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (a)	30.608.787	73.503	-	-	30.682.290
Imobilizado em andamento	1.888.970	1.870.839	-	(2.823.691)	936.118
Outros	62.930	-	-	-	62.930
Total do custo	55.049.193	3.684.791	(18.050)	-	58.715.934

*Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação
Móveis e utensílios	(187.055)	(60.803)	550	-	(247.308)
Máquinas e equipamentos	(558.186)	(197.149)	8.938	-	(746.397)
Microcomputadores e periféricos	(463.450)	(161.537)	846	-	(624.141)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.425.384)	(153.846)	-	-	(18.579.230)
Outros	(5.695)	(624)	-	-	(6.319)
Total da depreciação	(19.639.770)	(573.959)	10.334	-	(20.203.395)
Saldo líquido	35.409.423	3.110.832	(7.716)	-	38.512.539

(a) Refere-se a finalização da obra de reforma dos elevadores da Entidade.

Movimentação imobilizado em 2018

Descrição custo	Saldo em 01/01/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	417.523	4.994	(5.972)	416.545
Máquinas e equipamentos	1.692.510	134.566	(25.993)	1.801.083
Microcomputadores e periféricos	731.658	173.713	(45.770)	859.601
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	19.362.656	48.621	-	19.411.277
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (b)	30.537.219	71.568	-	30.608.787
Imobilizado em andamento	203.658	1.685.312	-	1.888.970
Outros	55.782	7.148	-	62.930
Total do custo	53.001.006	2.125.922	(77.735)	55.049.193

Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(154.047)	(35.712)	2.704	(187.055)
Máquinas e equipamentos	(414.728)	(160.769)	17.311	(558.186)
Microcomputadores e periféricos	(385.653)	(122.278)	44.481	(463.450)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.308.890)	(116.496)	2	(18.425.384)
Outros	(5.072)	(623)	-	(5.695)
Total da depreciação	(19.268.390)	(435.878)	64.498	(19.639.770)
Saldo líquido	33.732.616	1.690.044	(13.237)	35.409.423

(b) O item "Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510" refere-se ao edifício que ainda está em reforma ("Anexo MASP") e, em função de não estar sendo utilizado, não vem sendo depreciado. A adição ocorrida no exercício foi por conta das benfeitorias que estão sendo efetuadas.

11 Obrigações trabalhistas

	2019	2020
Provisão para férias	831.559	897.851
Provisão para encargos sociais sobre férias	274.594	296.667
INSS a recolher	179.407	189.200
IRRF a recolher	90.774	80.054
FGTS a recolher (a)	-	58.337
Total	1.376.334	1.522.109

(a) Em 2019, o valor de FGTS foi recolhido antecipadamente no mês de dezembro.

12 Impostos parcelados

	2019	2018
Débitos previdenciários (a)	3.393.694	3.691.898
Demais débitos	4.633.540	4.914.945
Total contribuições e impostos parcelados	8.027.234	8.606.843
Circulante	928.569	892.367
Não circulante	7.098.665	7.714.476

Cronograma de vencimento	2020	2021	2022 em diante	Total
Débitos previdenciários	447.862	447.862	2.497.970	3.393.694
Demais débitos	480.707	480.707	3.672.126	4.633.540
Total	928.569	928.569	6.170.096	8.027.234

Em agosto de 2014 o MASP aderiu ao parcelamento federal previsto pela Lei 12.996/2014, com possibilidade de pagamento em até 180 vezes e redução de multas e juros, no qual foi consolidado em 2016.

a. Histórico da dívida previdenciária

No ano 2000 a Entidade foi autuada devido ao não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários, no período de janeiro de 1995 a novembro de 2000 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, em decorrência do não atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 55, incisos I e II (obtenção ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), da Lei nº 8.212/91, regulamentado no artigo 206, incisos I e II, do Regulamento da Previdência Social.

Em 2001, a Entidade efetuou o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS).

Em outubro de 2006, a Entidade apresentou impugnação às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito emitidas pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

Em setembro de 2008, a Entidade obteve sentença favorável, em 1ª instância, aos embargos à execução fiscal.

Em outubro de 2009, a 21ª Vara Cível Federal de São Paulo concedeu de forma retroativa a imunidade tributária relativa ao recolhimento das contribuições sociais.

Em 2013 houve sentença favorável à Entidade relacionada às notificações fiscais de débitos lavradas no ano de 2000, julgando extinta aquela execução fiscal, remetendo os referidos autos para arquivamento.

Em 2010 a Receita Federal do Brasil, agência de Fiscalização em São Paulo, lavrou Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, no montante de R\$ 4.192.810, relacionadas também com o não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários e contribuições para terceiros, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2008 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, sendo que os consultores jurídicos que estão acompanhando a defesa indicavam como possível as chances de perda na referida questão.

Em 29 de julho de 2014 a Entidade recebeu dois autos de infração, no montante de R\$ 5.332.309 relacionados à mesma questão, abrangendo o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012.

Com relação ao ano de 2009, até a presente data não houve autuação fiscal, sendo certo que a jurisprudência é amplamente favorável ao contribuinte, no sentido de que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário é de 05 (cinco) anos.

Em 4 abril de 2014, foi publicada uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, enfatizando que somente farão jus ao benefício de imunidade, as entidades que preencherem cumulativamente os requisitos de que trata o Art.55 da lei 8.212/91 em sua redação original. A administração da Entidade tendo em vista os autos de infração recebidos, e baseado na opinião dos seus consultores jurídicos chegou à conclusão que as chances de êxito são baixas e que seria aconselhável desistir da ação e partir para a adesão ao parcelamento visando a redução de multas e juros pela homologação do pedido.

Em 18 de junho de 2014 foi publicada a Lei nº 12.996, que em seu artigo 2º reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS até 25 de agosto de 2014, com parcelamentos em até 180 vezes e reduções das multas e juros.

O MASP entrou com o pedido de parcelamento dos saldos autuados em 2010, referente aos exercícios de 2005 a 2008 e os valores autuados em 2014 referente aos exercícios de 2010 a 2012, além dos saldos de 2013 do INSS Patronal não autuados. Esse pedido foi aprovado e consolidado em setembro de 2016.

13 Projetos a executar

	2019	2018
Projetos a executar (a)	23.768.412	20.741.152
Patrocínios de terceiros (b)	4.307.956	4.053.750
Total projetos a executar	28.076.368	24.794.902

- (a) Estão representados por valores recebidos e ainda não empenhados, decorrentes de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e determinados pela Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades nas rubricas de receitas com projetos incentivados e receitas com plano anual, assim como os custos incorridos que estão apresentados em despesas das atividades nas rubricas de custos com projetos incentivados e custos com plano anual.
- (b) Esses valores referem-se a patrocínios a executar referente ao patrocínio do Prédio Anexo - Masp (vide nota explicativa nº 07);

A seguir apresentamos os projetos e patrocínios a executar no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 27.913.471 em 2019 (R\$ 10.769.246 em 2018), sendo R\$ 3.983.790 com verba da Subvenção (conforme nota explicativa nº 17 item "b") e R\$ 23.929.681 com projetos do PRONAC, PROMAC e PROAC, podendo ser assim compostos:

Descrição Custo	Saldos em 31/12/2018	Transferência	Devoluções	Valores Recebidos	Atualização Monetária	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisição Imobilizado	Saldos em 31/12/2019
PRONAC 2018	8.527.214	(7.831.182)	(200.000)	-	-	22.820	(518.852)	-	-
PRONAC 2019	9.281.995	7.831.182	-	11.514.329	-	452.451	(22.276.786)	(171.243)	6.631.928
PRONAC 2020	-	-	-	16.340.135	-	1.849	-	-	16.341.984
PROAC 2018	531.272	-	(212.707)	-	-	3.029	(321.594)	-	-
PROAC 2019	-	-	-	1.042.765	-	10.393	(401.856)	-	651.302
REFORMA ANEXO DO MASP - NESTLE	3.473.751	-	-	-	254.205	-	-	-	3.727.956
REFORMA ANEXO DO MASP - PETROBRAS	580.000	-	-	-	-	-	-	-	580.000
PROMAC 2018	570.435	(224.407)	(224.407)	55.805	-	8.760	(410.593)	-	-
Subtotal Projetos	22.964.667	-	(637.114)	28.953.034	254.205	499.302	(23.929.681)	(171.243)	27.933.170
SUBVENÇÃO 2018	1.830.236	-	-	-	-	518	(1.830.754)	-	-
SUBVENÇÃO 2019	-	-	-	2.296.051	-	183	(2.153.036)	-	143.198
Subtotal Subvenção	1.830.236	-	-	2.296.051	-	701	(3.983.790)	-	143.198
Saldo total projetos e subvenção	24.794.902	-	(637.114)	31.249.085	254.206	500.003	(27.913.471)	(171.243)	28.076.368

* Abertura dos custos correspondente aos projetos PRONAC, PROAC e PROMAC:

	2019		2018		Total
	Plano Anual	Outros	Plano Anual	Outros	
Pessoal e encargos	9.111.009	94.161	3.756.979	-	3.756.979
Utilidades	1.852.881	-	894.273	-	894.273
Gerais e administrativas	3.479.952	549.986	1.391.914	30.305	1.422.219
Serviços profissionais	5.925.084	489.896	641.556	163.791	805.347
Serviços Gerais	1.761.611	-	1.384.186	-	1.384.186
Manutenção predial	665.101	-	589.449	562	590.011
	22.795.638	1.134.043	8.658.357	194.658	8.853.015

14 Contas a pagar - Negociações e Patrocínios a realizar

No exercício de 2015, foi realizado um acordo com um dos patrocinadores da reforma do prédio "Anexo - Masp". Foi constituída uma provisão a pagar junto a Vivo - Telefônica de R\$ 24.327.059, sendo que R\$ 14.000.000 serão apropriados por meio de patrocínios a incorrer pelo prazo de 05 anos e o valor de R\$ 10.327.059 serão corrigidos pela taxa IGPM/FGV e pagos trimestralmente em 80 parcelas de R\$ 129.000.

Em 27 de novembro de 2018 foi homologado um acordo referente a ação movida pelo Município de São Paulo sobre a Reintegração de Posse da Galeria Prestes Maia, processo nº 0008438-41.2009.8.26.0053, no montante de R\$ 1.521.456, que será pago em 60 parcelas de R\$ 25.358 atualizadas mensalmente pelo IPCA-IBGE acrescido de 1% de juros. Anteriormente este valor estava demonstrado em nossa provisão para contingências conforme nota explicativa nº15.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de contas a pagar negociações era de R\$ 12.016.957 (R\$ 12.035.997 em 2018) conforme movimentação apresentada abaixo:

Movimentação - Contas a pagar negociações

Saldo em 01 de janeiro 2018	10.344.473
(+) atualização IGPM/FGV	769.796
(+) adição acordo Galeria Prestes Maia	1.521.456
(-) pagamentos realizados	(599.728)
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>12.035.997</u>
(+) atualizações	947.537
(-) pagamentos realizados	(966.577)
Saldo em 31 de dezembro 2019	<u>12.016.957</u>
Circulante	1.008.941
Não circulante	11.008.016

Em 31 de dezembro de 2019 saldo de Patrocínio a Executar era de R\$ 2.031.150 (R\$ 5.198.351 em 2018), conforme demonstrado abaixo:

Movimentação - Patrocínios a realizar

Saldo em 01 de janeiro 2018	<u>7.906.551</u>
Patrocínios executados	(2.708.200)
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>5.198.351</u>
Patrocínios executados	(3.167.201)
Saldo em 31 de dezembro 2019	<u>2.031.150</u>
Circulante	2.031.150
Não circulante	-

15 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a demanda judicial provisionada está apresentada da seguinte forma:

Natureza	2019		2018	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Trabalhista	141.650	102.298	159.486	80.456
Cível	1.026.667	-	749.449	-
Saldo	1.168.317	102.298	908.935	80.456

Conforme apresentado, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Entidade possui no exercício de 2019 um saldo de provisão no montante de R\$ 1.168.317 (R\$ 908.935 em 2018) e depósito judicial de R\$ 102.298 (R\$ 80.456 em 2018), valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas.

Perdas Possíveis: existiam reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 22.494.410 (R\$ 20.696.077 em 2018), que foram classificados pelos assessores jurídicos internos da Entidade como de risco de perda possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ação civil pública: Do montante apresentado acima com probabilidade possível de perda, R\$ 15.253.385 (R\$ 14.756.564 em 2018), refere-se a uma ação civil pública recebida pela Entidade em dezembro de 2018, ajuizada pela Associação Preserva São Paulo, visando a restauração da fachada do edifício Dumont-Adams (Anexo Masp). O processo pleiteia: (i) condenação dos patrocinadores (BV, Petrobrás, Vale e Votorantim) da reforma do prédio anexo, a restituir o dobro do valor aportado; (ii) condenação do MASP, VIVO, Julio Neves e João Vicente à obrigação de fazer a restauração das características arquitetônicas do edifício; e (iii) condenação ao pagamento de dano moral coletivo.

Exposição Temporária: Trata-se de Auto de Infração com exigência de multa regulamentar, sob o fundamento de que o MASP teria descumprido o prazo determinado no âmbito do Processo Administrativo nº 10814.022355/2007-13, o qual envolveu a exportação temporária de um conjunto de 22 obras de arte objeto da Declaração Simplificada de Exportação n. 011 de 14/01/2008.

O MASP apresentou impugnação em razão do indeferimento do pedido de extensão de prazo da exportação temporária do conjunto de obras que estavam em itinerância no exterior. A Delegacia de Julgamento não conheceu o recurso alegando intempestividade, mantendo a multa aplicada no valor de 5% do valor das obras.

Diante disso, o MASP interpôs Recurso Voluntário para que seja reconhecida a tempestividade da Impugnação, determinando o retorno do processo à origem para julgamento do mérito e, subsidiariamente, para que seja cancelada a exigência do débito em razão da (i) nulidade do lançamento e (ii) prescrição do crédito tributário.

Houve inclusão indevida no CADIN do crédito tributário discutido nos presentes autos, dessa forma foi apresentada petição requerendo a suspensão da exigibilidade do crédito, a fim de que: (i) seja evitado a imposição de cobranças indevidas; (ii) não resulte em quaisquer óbices à renovação da CND/CPEN da Requerente e, (iii) não enseje a sua inclusão no CADIN. Foi deferida a suspensão da exigibilidade do crédito, na origem, excluindo-o do CADIN. Posteriormente, o processo retornou ao CARF para julgamento do Recurso Voluntário. Atualmente, aguarda-se a distribuição do processo para a turma e designação do conselheiro como relator, o valor em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 3.171.564.

Os demais processos perfazem o montante R\$ 387.692 (R\$ 340.588 em 2018).

Mandado de segurança: além dos processos mencionados acima, a Entidade possui um mandado de segurança para o não recolhimento de taxas de armazenamento de obras de arte. Em 2018 houve uma alteração na interpretação dos contratos das concessionárias de aeroportos, as taxas de armazenagem de obras de arte passaram a ser calculadas pelo valor da obra, e não mais pelo peso como eram considerados anteriormente. A Entidade recebe obras de artes em comodato, de diversos museus do mundo, para a realização de exposições temporárias. A Entidade possui mandados de segurança com pedido de liminar aceito para o não recolhimento das taxas. O valor correspondente ao não recolhimento é de R\$ 8.139.648 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 10.203.255 em 2018), os assessores jurídicos da Entidade classificaram como possível a probabilidade de perda.

A seguir apresentamos as movimentações das provisões de contingências e depósitos judiciais:

a. Provisões para processos trabalhistas

Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do Masp pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As causas trabalhistas classificadas como prováveis foram provisionadas, conforme demonstrado:

	2019		2018	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	159.486	80.456	425.966	76.039
Constituição	96.510	21.842	90.339	30.784
Reversão redução do valor	(55.192)	-	-	-
Reversão por modificação probabilidade	(500)	-	(152.025)	-
Reversão por baixa	(58.655)	-	(204.794)	(26.367)
Saldos finais	141.650	102.298	159.486	80.456

b. Provisão para processos cíveis

As discussões cíveis em curso, referente a divergência de valores em contratos firmados entre as partes são as seguintes:

	2019		2018	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	749.449	-	1.459.285	-
Constituição	277.218	-	746.311	-
Reversão redução do valor	-	-	(2.862)	-

Reversão por baixa	-	-	(1.453.285)	-
Saldos finais	1.026.667	-	749.449	-

O valor demonstrado em 2018 como “reversão por baixa” no quadro acima refere-se ao processo nº 0008438-41.2009.8.26.0053 movido pelo Município de São Paulo como Ação de Reintegração de Posse da Galeria Prestes Maia, que foi suspenso e arquivado em 27.11.2018 quando foi homologado um acordo de pagamento em 60 parcelas. Este valor foi transferido para o Contas a Pagar - negociações conforme nota explicativa nº 14.

16 Patrimônio líquido

As receitas, decorrentes de doações patrimoniais, recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. As receitas decorrentes de contribuições para custeio estão refletidas em contas de resultado.

Em caso de dissolução da Entidade, o seu patrimônio líquido (acervo) passará ao Governo do Estado de São Paulo, que o destinará à Pinacoteca do Estado de São Paulo ou, na sua falta, a instituições congêneres.

Fundo Social: é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

Fundo patrimonial: foi constituído em 2017 com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira a médio e a longo prazo, e também perpetuar e proteger o patrimônio do MASP. Constituído essencialmente por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especialmente para este fim, em 31 de dezembro a Administração aprovou a alocação de recursos recebidos e rendimentos no montante de R\$ 5.656.867 (R\$ 4.148.214 em 2018) para o Fundo Patrimonial.

17 Receitas operacionais

	2019	2018
Projetos Incentivados (a)	24.147.631	9.045.560
Doações (b)	21.049.493	15.516.252
Bilheteria	9.429.474	4.976.394
Gratuidade de Bilheteria	8.390.917	6.593.014
Subvenção para custeio (c)	3.983.532	1.747.481
Receitas Patrocínio Telefônica-Vivo (vide nota 14)	3.167.201	2.708.200
Venda de Produtos	2.097.552	671.681
Cessão de uso e eventos	1.172.697	1.601.346
Venda de Serviços	468.019	505.363
Apoio cultural	236.265	271.901
Diversas	231.098	185.356
Total	74.373.879	43.822.548

- (a) Projetos Incentivados: As receitas de recursos de projetos foram significativamente maiores, devido principalmente ao fato de que em 2018 os recursos proveniente de projetos incentivados, foram recebidos com atraso, próximos ao final do exercício e como não foram utilizados em sua totalidade, a Secretaria de Cultura aprovou a transferência de R\$ 7.831.182 (nota 13) para utilização nos projetos de 2019, os repasses correspondentes ao exercício de 2019 foram recebidos dentro do prazo acordado, consequentemente, os gastos correspondentes ao exercício de 2019 e os recursos transferidos dos projetos de 2018, foram realizados dentro do exercício de 2019.
- (b) Em 2019, do total de doações recebidos pela Entidade, o montante de R\$ 4.669.661 (R\$ 4.148.214 em 2018) foi recebido com o objetivo de contribuir com o Fundo Patrimonial, que tem por objetivo garantir a sustentabilidade e a consecução do objeto social, da Entidade vide nota explicativa nº8.
- (c) Os valores recebidos para custeio, através da Subvenção, conforme as Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores, foram empregados pela Entidade da seguinte maneira:

	2019	2018
Pessoal e encargos	(3.701.020)	(1.604.591)
Seguro saúde	(280.911)	(141.408)
Outros	(1.601)	(1.482)
	<u>(3.983.532)</u>	<u>(1.747.481)</u>

O valor de R\$ 3.983.532 refere-se ao total de gastos em 2019. Porém, referem-se às verbas recebidas em 2018 e 2019. Os valores recebidos em 2018, empregados pela Entidade em janeiro e fevereiro de 2019 foram de R\$ 1.830.754, e os valores recebidos em 2019, empregados em novembro e dezembro do mesmo ano foram de R\$ 2.152.778.

18 Custos e despesas de projetos e administrativas

	2019	2018
Serviços Profissionais	(9.962.184)	(6.229.989)
Despesas gerais e administrativas	(9.161.016)	(8.260.217)
Serviços Gerais	(1.938.624)	(1.819.239)
Despesas com utilidades públicas	(1.890.359)	(2.070.812)
Manutenção Predial	(829.694)	(843.786)
Despesas com contingência	(299.725)	(348.744)
Outros	(1.763.085)	(834.700)
	<u>(25.844.687)</u>	<u>(20.407.487)</u>
Total	<u>(25.844.687)</u>	<u>(20.407.487)</u>

Em 2018 os recursos proveniente de projetos incentivados, foram recebidos com atraso, próximos ao final do exercício e como não foram utilizados em sua totalidade, foram transferidos mediante a aprovação da Secretaria de Cultura para utilização nos projetos de 2019, os repasses correspondentes ao exercício de 2019 foram recebidos dentro do prazo acordado, consequentemente, os gastos correspondentes ao exercício de 2019 e os recursos transferidos dos projetos de 2018, foram realizados dentro do exercício de 2019.

Custos e despesas de projetos	(19.317.325)	(5.269.885)
Custos e despesas administrativas	(6.527.362)	(15.137.602)

19 Pessoal e encargos de projetos e administrativos

	2019	2018
Salários	(6.786.650)	(6.027.233)

INSS	(1.959.297)	(1.681.452)
Provisão de férias e 13º salário	(1.180.625)	(1.566.700)
Assistência médica	(1.558.130)	(1.309.546)
Vale refeição	(1.293.382)	(1.181.496)
FGTS	(615.251)	(494.487)
Indenizações	(283.039)	(312.541)
Horas Extras	(117.101)	(82.851)
Outras	(673.406)	(531.691)
Total	(14.466.881)	(13.187.997)
Custos e despesas de projetos	(8.596.146)	(5.499.361)
Custos e despesas administrativas	(5.870.735)	(7.688.636)

20 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.291.033)	(1.196.547)
Variações monetárias passivas	(439.677)	(492.430)
Descontos concedidos	-	(94.442)
Despesas de tarifas bancárias	(68.015)	(54.989)
Outras despesas financeiras	(116.385)	(69.349)
Total	(1.915.110)	(1.907.757)
Receitas financeiras		
Varição monetária	367.989	803.237
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	921.647	787.388
Outras receitas financeiras	55.289	13.734
Total	1.344.925	1.604.359
Resultado financeiro líquido	(570.185)	(303.398)

21 Partes relacionadas

A Entidade não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e a Diretoria Estatutária e os conselheiros da Entidade não são remunerados.

22 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos dos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a

Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

* * *



Heitor Sant'anna Martins
Diretor Presidente



Fabio Gerumaglia Frayha
Diretor Financeiro e Operações



Marina Koim Sgnotto
Contadora - CRC SP 242422/O-2